

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

Medicamentos - APOSENTADOS 2

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A desconfiança e o risco Brasil (Editorial) 4

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco avança sobre quem ganha menos 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo estuda flexibilizar regras de fundos de pensão das estatais 6

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: aposentadorias e pensões referentes a julho começam a ser pagas nesta segunda-feira;
veja calendário 8

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS 2022: veja as novas regras do atendimento presencial 9

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - EMPREGOS E SOLUÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Nova lei: veja o que pode mudar nos concursos 10

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina cai pela quarta semana seguida e fica abaixo de R\$ 6 por litro 12

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Preços têm recorde de alta 13

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Crédito consignado deve ser estendido para o Auxílio Brasil 15

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Índice de inadimplência no país compromete renda das famílias 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Ranking indica melhores países para morar após a aposentadoria 19

Medicamentos - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Nos assustou, a notícia dos medicamentos que tiveram a data de validade vencida, cujo destino será o lixo. De início, não acreditávamos no que ouvíamos e ficamos atentos para termos a confirmação, dizendo-nos o informante que tinha acontecido e era fato consumado e mais: estávamos jogando fora R\$244 milhões. É uma situação difícil de acreditar.

As cidadãs e cidadãos brasileiros, cumpridores de suas obrigações e deveres para com o Estado, não merecem ser punidos pela incompetência e desleixo de quem permitiu essa incompreensível, desastrosa e imperdoável omissão. Haverá de ter uma apuração rigorosa por parte das autoridades que comandam o Ministério da Saúde.

CONTESTAÇÃO As declarações do Presidente da República aos diplomatas de embaixadas de países no Brasil estão sendo contestadas e o termo mentira foi o mais salientado pela mídia.

Isto nos lembrou um senhor de idade que, para nos divertir quando crianças, contava suas lorotas, uma delas, lembro muito bem, dizia ele que tinha um anel e nesta joia estava acoplado um rádio, no qual ouvia as notícias do mundo inteiro todas as noites antes de dormir e assim ficava informado de tudo. Outra lorota é que ganhou uma "bota" aos dez anos de idade que crescia conforme o tempo passava. Isto é, aumentava de tamanho de acordo com o pé. Já estava com 60 anos e continuava usando a "bota" que ganhou em criança.

ELEIÇÕES As eleições estão se aproximando e nós todos devemos estar preparados, principalmente, aposentados, pensionistas e pessoas idosas com 70 anos ou mais. O contingente de idosas e idosos já representa quase 10% do eleitorado brasileiro.

Somos 14,8 milhões de eleitores em condições de votar e podemos decidir uma eleição, exercendo o dever cívico para manter o Estado Democrático de Direito, com justiça e cidadania.

Vamos comparecer às urnas no dia 2 de outubro, escolhendo os melhores candidatos que nos representarão nos poderes Executivo e Legislativo. É nossa obrigação e dever observar as propostas apresentadas e, conscientemente, sufragar pelo voto os melhores.

SEGURIDADE A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**) e a Fundação **Anfip**, estão divulgando para toda sociedade brasileira, a publicação da **Análise da Seguridade Social 2021**. Trata-se de um documento de exemplar valor, com posições e sugestões inequívocas nas questões relacionadas à saúde, à assistência social e à **previdência social**. A análise reproduz tudo o que se realizou com os recursos financeiros arrecadados e disponibilizados pelos contribuintes durante o exercício. É um trabalho de relevância e especial significação a todos os que desenvolvem suas atividades nessas três áreas e, igualmente, aos parlamentares que nos representam em todas as Casas Legislativas.

PETROBRAS A Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), no próximo mês de outubro, estará completando 70 anos de existência. São, portanto, sete décadas de profícuo e relevante trabalho, realizado com competência, inteligência e profundo sentimento de elevar, a cada dia, o patrimônio do povo brasileiro. Patrimônio que tem que ser preservado e respeitado, pois foi construído por cidadãos e cidadãos brasileiros, do Norte ao Sul do Brasil, que não mediram esforços para alcançar a posição de destaque que possui nos mercados nacional e internacional.

Propor a sua privatização é um desserviço à Nação Brasileira; é entregar, como diz o ditado: "de mão beijada" o nosso patrimônio. Aposentados, egressos da Petrobrás, refutam e repudiam, veementemente, a ideia de privatização.

14º SALÁRIO A conta **Seguridade Social** possui recursos financeiros suficientes para sustentar o pagamento do 14º Salário aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Protelar com a criação de comissão especial para analisá-lo, como decidiu o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), é injustiça. Aposentados e pensionistas entendem como impropriedade ação que prejudica e agrava ainda mais as condições de vida de quem saiu do mercado de trabalho, após anos e anos de contribuição ao **INSS** e que merece um tratamento e atendimento correspondente às suas expectativas de beneficiário-contribuinte.

MENTE "Ponha a mente no espelho da eternidade, coloque a alma no esplendor da glória". (Santa Clara de Assis)

Site:

**[https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp
?serviceCode=login#page/15](https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/15)**

A desconfiança e o risco Brasil (Editorial)

O país hoje é visto com ressalvas por investidores estrangeiros, seja pelo avanço do desmatamento da Amazônia e denúncias envolvendo populações indígenas, seja pela tensão política, seja pelo aumento dos gastos públicos. Uma combinação que eleva o chamado risco Brasil, afasta investidores da bolsa de valores e exige o aumento da taxa de juros, além de pressionar a cotação do dólar, que, depois de flertar com um patamar abaixo de R\$ 5, voltou a subir.

Tudo isso mesmo com a **Receita Federal** divulgando uma arrecadação total de R\$ 181 bilhões em junho, o que representa alta de 17,96% em relação ao mesmo mês do ano passado. Com isso, o total arrecadado nos seis primeiros meses do ano chegou a R\$ 1,1 trilhão. Mas esses recursos, o maior montante para o mês e para um semestre, não serão suficientes para cobrir os gastos do governo, com o déficit fiscal este ano devendo chegar a R\$ 65 bilhões.

Indicador da desconfiança dos investidores em relação à saúde fiscal do país, o risco Brasil está acima de 300 pontos desde 5 de maio e no último dia 18 fechou a 364 pontos. Em dezembro de 2021 o indicador estava em 220,9 pontos, o que mostra o avanço da falta de confiança no Brasil este ano. É por trás desse movimento que a bolsa de valores (B3) opera abaixo de 100 mil pontos e não deve superar esse patamar novamente até o fim do ano, com o capital internacional migrando para os Estados Unidos e a Europa, que oferecem menor risco e estão elevando seus juros - o Banco Central Europeu (BCE) subiu a taxa em 0,5 ponto semana passada, na primeira elevação em 11 anos. E tanto nos EUA quanto no Velho Continente, a tendência é de que a alta se mantenha.

Com o mundo temendo uma recessão global e os juros refletindo o aumento das incertezas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta mais uma vez mostrar um otimismo que cada vez tem menos crédito para investidores. Ao divulgar os números da arrecadação, Guedes afirmou que o Brasil está em um novo ciclo de crescimento prolongado. Detalhe: o governo prevê avanço do **PIB** em 2% este ano, mas para o mercado o crescimento será de 1,75%. Ou seja, a taxa de expansão da geração de riqueza está muito aquém do necessário para dinamizar a economia brasileira, que deve se expandir apenas 0,5% no próximo ano.

Guedes pode considerar que crescer por crescer é o plano, mas nem de longe o desempenho da economia

brasileira favorece a redução do imenso contingente de pessoas passando fome no país e o grande número de brasileiros sem trabalho. E esse baixo crescimento ocorrerá com a **inflação** em alta, pressionada pela elevação do custo das commodities em todo o mundo.

Um corte de **impostos** baixou os preços dos combustíveis, da energia, das comunicações e do transporte público a fórceps, e vai promover uma redução momentânea desses serviços, mas não o suficiente para trazer a **inflação** para a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,5% para este ano, com tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima. E o próprio governo já admite que não cumprirá também a meta de 2023, de 3,25% com a mesma tolerância. Para este ano a previsão é de que o IPCA feche acima de 7%, enquanto no ano que vem o mercado prevê alta de 5%.

Em meio ao baixo crescimento econômico e à **inflação** elevada, o otimismo de Guedes desconsidera os riscos fiscais para os quais ele fechou os olhos ultimamente, contrariando inclusive princípios do liberalismo que diz seguir. Nesse contexto, seria mais proveitoso que o governo se esforçasse para mostrar aos investidores estrangeiros o potencial de investimentos em infraestrutura e do mercado brasileiro, com mais de 210 milhões de habitantes.

Uma boa iniciativa seria mostrar aos embaixadores de nações com representação diplomática no Brasil as possibilidades e potencialidades do país. Mas esse momento foi desperdiçado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que optou por repetir ataques e suspeitas sobre as urnas e eleições ao corpo diplomático, contribuindo não para trazer os estrangeiros para investir no país, mas sim aumentando a percepção de risco sobre o Brasil.

Fisco avança sobre quem ganha menos

A defasagem na tabela do Imposto de Renda (IR) nunca foi tão grande. Segundo um estudo do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco) a **inflação** elevada e a falta de correção da tabela têm gerado um aumento histórico da tributação sobre pessoas de menor poder aquisitivo. Somente no governo Bolsonaro, a defasagem acumulada é de 26,57%. Considerando os últimos cinco presidentes, é o maior percentual.

A atual tabela de cobrança do IR é a mesma desde abril de 2015. Como a **inflação** não dá trégua, cada vez mais pessoas estão tendo que pagar IR ou sofrendo aumento da tributação. "Aqueles cidadãos de renda mais baixa, que estavam na faixa de isenção há alguns anos, estão sendo jogados para a faixa de tributação. Em 2015, a faixa de isenção era de cerca de R\$ 1.900, que correspondiam a dois salários-mínimos e meio. Deste ano para o ano que vem, a faixa de isenção vai corresponder a um salário mínimo e meio", disse o vice-presidente do Sindifisco Nacional, Tiago Barbosa.

A pesquisa avaliou ainda a diferença da defasagem entre mandatos presidenciais. No período analisado, nenhum presidente da República corrigiu integralmente a tabela do IR, mas a realidade se agravou ao longo do primeiro semestre de 2022, com a disparada da **inflação**. Em março, a defasagem da tabela durante o governo Bolsonaro era de 24%; agora, está em 26,57%.

De 1996 a junho de 2022, a tabela acumulou uma defasagem de 147,37%, segundo o Sindifisco. Para o presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), Daniel Coêlho, a tributação no Brasil é injusta e excludente. Ele lembrou ainda que a defasagem da tabela do IR resulta em aumento de arrecadação para o governo. "A correção da tabela é um direito do trabalhador, que não pode ser penalizado por uma má gestão do governo", afirmou.

Corrigir a tabela do IR foi um compromisso assumido por Bolsonaro durante a campanha. O projeto de lei da reforma do Imposto de Renda, PL 2.337/2021, previa a correção, mas a proposta tinha itens polêmicos, como a taxação de lucros e dividendos, e acabou engavetada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Se toda a defasagem da tabela fosse corrigida, pelos cálculos do Sindifisco, apenas pessoas que ganham

acima de R\$ 4.670,23 pagariam imposto. Hoje, um contribuinte que ganha, após deduções, R\$ 5 mil paga R\$ 505,64 de IR. Caso a tabela fosse corrigida de forma integral, a mesma pessoa contribuiria com apenas R\$ 24,73. Até as grandes rendas seriam beneficiadas neste caso, pois pessoas que declaram R\$ 100 mil ao mês teriam uma diminuição de contribuição dos atuais R\$ 26.630,64 para R\$ 25.352,85.

"O brasileiro, cada vez mais, está pagando sem ter condições de contribuir. A gente está tirando poder econômico da população e criando uma situação de injustiça fiscal, porque está atingindo o mínimo existencial. Não temos uma resposta tributária que permita que as pessoas paguem de acordo com a sua capacidade econômica, como sugere a Constituição", afirmou Bianca Xavier, professora de direito tributarista da FGV-Rio. (Rafaela Gonçalves, do Correio Braziliense)

Faixa de isenção será de um salário mínimo e meio

Apenas pessoas que ganham acima de R\$ 4.670,23 pagariam imposto se não existesse defasagem na tabela

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2022/07/fisco-avanca-sobre-quem-ganha-menos.html>

Governo estuda flexibilizar regras de fundos de pensão das estatais

Idiana Tomazelli Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PL) prepara um projeto de lei para alterar as regras de funcionamento dos regimes de **previdência complementar** de servidores e dos fundos de pensão das estatais. O alcance das mudanças, porém, tem gerado controvérsias internamente.

Enquanto uma ala do governo quer centrar esforços na maior flexibilidade para futuros beneficiários, outro grupo quer ampliar a medida e contemplar participantes atuais -inclusive permitindo a portabilidade daqueles que integram planos de benefício definido, que têm os maiores rombos em suas contas.

Técnicos da área fiscal do governo temem que a proposta mais ampla, que permitiria a migração desses planos para instituições privadas, resulte em uma fatura bilionária a ser aportada de forma imediata pela União e suas estatais.

O impasse deflagrou uma queda de braço nos bastidores, e o projeto segue parado nos escaninhos do Ministério da Economia.

As chamadas entidades fechadas de **previdência complementar** administram um patrimônio de R\$ 1,17 trilhão, sendo que R\$ 631,2 bilhões estão nas mãos de fundos de pensão patrocinados por instituições federais.

Apenas os maiores planos de benefício definido de Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa) reúnem R\$ 380 bilhões desses ativos.

Nessa modalidade, o funcionário sabe quanto irá receber no futuro, independentemente do valor acumulado ao longo da vida laboral. A oferta desse tipo de plano é cada vez mais rara justamente pela tendência ao desequilíbrio, já que as contribuições recolhidas são insuficientes para bancar os pagamentos prometidos.

Mas os fundos ainda têm planos de benefício definido em fase de equacionamento, com cobranças extras pagas pelos participantes e suas patrocinadoras ao longo dos anos para amenizar o déficit.

Funcionários ativos e aposentados dos Correios, por exemplo, pagam valores extras ao fundo de pensão Postalis para cobrir um déficit de cerca de R\$ 6 bilhões acumulado entre 2012 e 2014. Na Funcef, participantes de um dos planos chegam a pagar contribuição extra de 19,16% sobre a remuneração para ajudar a equacionar um rombo avaliado em R\$ 20 bilhões.

O rascunho original com as mudanças planejadas pelo governo, obtido pela Folha, prevê mais flexibilidade para futuros beneficiários e permite a contratação de instituições privadas para administrar os planos de aposentadoria de funcionários públicos.

Ela foi elaborada pelo grupo de trabalho IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais) e tem apoio da área fiscal do governo e do Ministério do Trabalho e Previdência.

Já a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, órgão responsável pelo relacionamento do governo com suas estatais, defende uma proposta mais ampla, que estende a flexibilização a participantes atuais e permite a portabilidade de todos os planos.

Em uma primeira rodada de negociações, o grupo de trabalho IMK concordou em autorizar a portabilidade para atuais participantes de planos com contribuição definida. Nessa modalidade, os pagamentos são fixos, e o valor do benefício é calculado de acordo com o que foi acumulado. No entanto, eles representam uma fatia bem menor do patrimônio dos fundos: R\$ 153,3 bilhões, considerando patrocinadores públicos e privados.

O impasse permanece envolvendo os participantes dos planos de benefício definido, cujos ativos somam R\$ 711,4 bilhões.

O ex-secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados Diogo Mac Cord comandou as discussões da proposta mais ampla no órgão, que segue participando dos debates mesmo após sua saída do cargo.

À Folha ele defende maior liberdade aos participantes atuais dos fundos de pensão sob o argumento de que os recursos foram, no passado, usados para financiar projetos guiados por interesses políticos, resultando em prejuízo a seus beneficiários.

De acordo com Mac Cord, "o benefício definido já não é tão definido assim".

"Hoje você está com uma contribuição extraordinária de 25%? Amanhã pode ser 30%, depois 35%", diz ele, ressaltando que a alíquota maior significa, na prática, um corte do benefício. "[A proposta é] Cada um escolhe, [o participante] pode querer fazer um stoploss [estancar as perdas]."

Ele também rebate críticas de que o projeto causaria desequilíbrio nos fundos e um custo para a União e suas empresas. "Você não precisa permitir a portabilidade instantânea, a cada dia, a cada mês. Pode definir janelas a cada cinco anos."

As contribuições extraordinárias já pagas pelas patrocinadoras, por sua vez, poderiam seguir o fluxo atual de pagamento, com a única diferença de que o repasse seria feito à entidade escolhida pelo participante. Assim, segundo Mac Cord, não haveria risco de aportes bilionários imediatos.

"Você pode definir as regras, mas o mais importante é o direito de escolha. O que não pode é condenar aquela pessoa a ficar os 30 anos da vida dela [na mesma entidade]", diz.

Mac Cord sugere ainda que a portabilidade dos atuais participantes seja permitida até um limite do patrimônio do plano, justamente para não haver um descasamento entre os investimentos do fundo e suas obrigações com benefícios.

Em busca de rentabilidade, os fundos de pensão aplicam recursos em diferentes investimentos, que vão desde títulos públicos de médio e longo prazo (até 40 anos) até papéis privados ou participações em projetos de infraestrutura.

O temor dos críticos da portabilidade é que um resgate imediato em volume significativo de recursos, com o objetivo de migração para outra entidade, comprometa ou desincentive esse tipo de investimento.

"A migração poderia quebrar a estruturação de um contrato de longuíssimo prazo. Parece precipitado e equivocado", critica o presidente da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**), Luís Ricardo Martins. "Eu não vejo como desestruturar e tentar levar reservas do passado para as entidades abertas."

Para o presidente da Abrapp, os fundos de pensão são hoje um dos poucos instrumentos para a formação de poupança de longo prazo, e a sua descaracterização pode comprometer projetos que

precisam dessa fonte de financiamento.

"Há toda uma estruturação de investimentos dentro de um plano, tem uma reserva formada", diz Martins.

Segundo ele, a reforma da Previdência aprovada em 2019 abriu caminho para a regulamentação da relação entre o poder público e as entidades abertas, mas ele diz que as seguradoras oferecem produtos com "caráter mais financeiro", enquanto os fundos de pensão não têm fins lucrativos e, por isso, oferecem taxas diferenciadas de administração.

"É uma discussão muito maior do que a questão pontual da portabilidade", afirma.

Ele também destaca que, após a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Fundos de Pensão, criada em 2015, as "inconsistências" detectada s nos investimentos dessas entidades foram corrigidas. "O sistema hoje está blindado, esse passado está resolvido", afirma Martins.

Apesar das controvérsias, há outros pontos consensuais do projeto. Entre eles, a permissão para órgãos públicos patrocinarem planos geridos por entidades abertas de **previdência complementar**, como seguradoras. Elas seriam escolhidas após seleção pública, seguindo critérios de transparência, qualificação técnica, impessoalidade e economicidade.

Hoje, União, estados, municípios e suas estatais podem financiar apenas planos administrados por entidades fechadas, como os fundos de pensão. A mudança segue uma lógica de maior competição.

A minuta também obriga empresas estatais e sociedades de economia mista (como a Petrobras) a oferecer a seus funcionários planos em mais de uma entidade.

O texto ainda permite aos órgãos públicos que façam a inscrição automática de seus funcionários em planos de **previdência complementar**, cabendo a eles requerer o cancelamento em caso de desinteresse. Hoje, a lógica é inversa. O argumento do governo é que a alteração fomenta a inclusão previdenciária e a formação de poupança.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49983>

INSS: aposentadorias e pensões referentes a julho começam a ser pagas nesta segunda-feira; veja calendário

Por Renata Baptista, g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar, nesta segunda-feira (25), os benefícios a aposentados e pensionistas referentes ao mês de julho.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Neste primeiro dia, vão receber os benefícios aqueles que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 1.

Veja abaixo o calendário:

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087. Veja calendário de benefícios. Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site **Meu INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**.

Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo **Meu INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/25/inss-aposentadorias-e-pensoes-referentes-a-julho-comecam-a-ser-pagas-nesta-segunda-feira-veja-calendario.ghtml>

INSS 2022: veja as novas regras do atendimento presencial

Algumas regras foram alteradas para atendimento presencial do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). E elas já estão em vigor. A principal mudança é a obrigatoriedade de marcar dia e horário para comparecer às agências do Instituto. O agendamento pode ser feito pelo aplicativo Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

Vale lembrar que os servidores do **INSS** ficaram em greve por dois meses, resultando em mais de 1 milhão de pessoas na fila de espera por uma perícia. As agências estavam atendendo a população sem horário marcado, mas isso mudou desde o dia 4 de julho último.

"O agendamento prévio agora é uma exigência e nem todos estão a par disso. É provável, portanto, que alguns deslocamentos à toa até o **INSS** ainda aconteçam", disse Átila Abella, advogado e especialista previdenciário, cofundador da lawtech Previdenciaria, plataforma de cálculos, petições e processos previdenciários. "Quanto antes todos estiverem informados de que agora é preciso marcar um horário, melhor para os trabalhadores e também para as rotinas de trabalho das agências."

Átila listou as principais novas regras para o atendimento presencial do **INSS** que merecem atenção do trabalhador:

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/inss-2022-veja-as-novas-regras-do-atendimento-presencial,771ae23e9b0d2adee4f3d67086d8ffd06iry18i6.html>

Nova lei: veja o que pode mudar nos concursos

Possibilidade de revisão de questões de concurso público federal quando configurem erro material, erro na elaboração da questão e causem lesão. Proibição na realização de novos certames sem que aprovados em concursos anteriores sejam chamados. Essas são algumas das propostas previstas para o projeto de lei (PL)252/2003, que está tramitando na Câmara Federal e que busca regulamentar as regras nos processos de seleções federais no Brasil.

ARQUIVO PESSOAL André Malheiros diz que alguns pontos da Lei de Concursos carecem de melhores e maiores definições para não prejudicar os estudantes

Como era de se esperar, a possibilidade de aprovação do projeto alvoroçou os concurseiros e estudantes que se preparam para os concursos públicos, especialmente os federais. Para ajudar a compreender melhor as mudanças, o CORREIO conversou com dois advogados que também são professores de cursos preparatórios.

De acordo com a advogada especialista em direito tributário e professora Bia Nogueira, o principal impacto que o Projeto de Lei, também chamado de Lei Geral dos Concursos, trará na vida das pessoas que se preparam para fazer as avaliações será a segurança jurídica que o regramento nacional dará na elaboração e aplicação dos certames.

"Não haverá mais a ansiedade de surpresas desagradáveis trazidas por editais, mas é claro que, para tanto, é necessário muito cuidado por parte dos parlamentares na elaboração e aprovação desse projeto de Lei, que após as análises necessárias, virará lei de aplicabilidade em âmbito nacional", explica.

MODERNIZAÇÃO

Bia Nogueira complementa dizendo que agora, com a análise pelas comissões, ouvindo especialistas no assunto, foi possível construir um texto moderno que aborda diversos temas até então controversos em cada estado da federação. "A padronização trará uma segurança jurídica muito maior aos candidatos e aos futuros **servidores públicos**", reforça a advogada. tre em vigor no dia 1º de janeiro do próximo ano, podendo sua aplicação ser antecipada pelo ato que autorizar a abertura de cada concurso público. "Como a votação

em plenário foi aprovada, será feita uma votação em turno único, com quórum de maioria absoluta, ou seja, 257 deputados, e maioria simples dos votos", explica, ressaltando que o PL seguirá para sanção ou veto do presidente. Sancionada a lei (sem vetos), o projeto se torna Lei e é publicado no Diário Oficial da União.

O projeto trará como pontos importantes a isonomia no acesso a cargos e empregos públicos, sendo inclusive vedada a discriminação ilegítima de candidatos, com base em aspectos como idade, sexo, estado civil, condição física, deficiência, etnia, naturalidade, proveniência ou local de origem; obrigatoriedade de nomeação dos aprovados tempestivamente, inclusive não podendo haver novo concurso público se houver anterior válido para os mesmos postos, a não ser que haja demonstração de insuficiência da quantidade de candidatos aprovados e não nomeados em face da necessidade da administração.

"Uma inovação é a possibilidade de o concurso ser realizado total ou parcialmente à distância, de forma on-line ou por plataforma eletrônica com acesso individual seguro", esclarece a professora.

NOVIDADES Outros pontos são especificações a respeito da abertura, planejamento e execução dos concursos, possibilidade de indenização em caso de cancelamento do certame, prazo mínimo para realização das provas após a abertura do concurso e critérios de avaliação de candidatos levando em consideração aspectos de domínio da matéria, aptidão intelectual ou física e competência para exercer o cargo, com seleção eficiente dos melhores candidatos para as funções públicas a serem preenchidas.

O professor e também advogado André Malheiros destaca que a tentativa de uniformizar nacionalmente os concursos públicos é antiga. "Com quase 20 anos de espera, a Lei dos Concursos traz a correção de diversos tópicos, inclusive, define prazos entre a publicação de editais e a realização das provas e define as capitais como lugares de realização das provas", afirma.

Malheiros salienta o fato de que o PL não traz, com exatidão, o prazo de nomeação que a administração pública terá para nomear o aprovado. "O que está dito é que, caso a administração pública não tenha mais interesse em chamar os aprovados para ocupar

cargos, precisa justificar a decisão, no entanto, ainda assim, esse formato traz prejuízos para o candidato aprovado, que abdicou momentos da vida pessoal para se preparar, então, esse é um tópico que merece atenção", pontua.

Para Bia, enquanto os trâmites seguem, os estudantes devem continuar na preparação com empenho e disciplina. "Porém é necessário que os candidatos fiquem atentos à discussão, para que interferir caso algum tópico prejudicial seja incluído no PL, cobrando do poder legislativo uma interferência nesse sentido, e quando da aprovação, estejam fiscalizando o cumprimento dos regramentos na publicação do edital que autoriza o certame", finaliza.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Gasolina cai pela quarta semana seguida e fica abaixo de R\$ 6 por litro

O preço da gasolina caiu mais 2,9% nos postos brasileiros esta semana, voltando a patamar equivalente ao registrado em abril de 2021, em valores corrigidos pela **inflação**. É a quarta semana seguida de queda, com **redução** acumulada de 20,3%.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio da gasolina no país foi de R\$ 5,89 por litro esta semana. O valor já tem impacto de repasses do corte de 4,9% promovido pela Petrobras em suas refinarias na terça-feira (19).

A queda nas últimas semanas responde principalmente a cortes nos **impostos** federais e estaduais sobre os combustíveis, fruto de projetos de lei aprovados pelo Congresso com apoio do governo federal para reverter prejuízos à sua imagem às vésperas da eleição.

O governo estimava que as medidas derrubariam o preço médio gasolina em R\$ 1,55 por litro. De acordo com a ANP, a queda acumulada já chega a R\$ 1,50 por litro.

Com as quedas consecutivas, a ANP já encontrou gasolina se aproximando dos R\$ 5 por litro. Em Passos (MG), por exemplo, o produto foi encontrado a R\$ 5,09, o valor mais baixo desta semana. Já a gasolina mais cara foi encontrada em Altamira (PA), a R\$ 7,75.

Na última sexta, o presidente Jair Bolsonaro (PL) editou decreto prorrogando o cumprimento de metas de compra de créditos de carbono pelo setor de combustíveis, que deve ampliar a redução dos preços nas próximas semanas.

Depois, visitou um posto em Brasília com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, para celebrar o decreto e a queda dos preços.

A medida deve ajudar a reduzir o preço do diesel, que sofreu menos impacto dos cortes de **impostos**, pois já vinha com **impostos** federais zerados e, na maior parte dos estados, já tinha alíquota de ICMS abaixo do teto estabelecido por lei aprovada no fim de junho.

De acordo com a ANP, o combustível foi vendido esta semana a um preço médio de R\$ 7,44 por litro, 0,5% abaixo do verificado na semana anterior. Desde o fim

de junho, a queda acumulada é de apenas 1,7%.

Mais beneficiado pelas medidas aprovadas pelo Congresso, o preço do etanol caiu 2% esta semana, para R\$ 4,32 por litro. Desde o fim de junho, a queda acumulada é de 11,3%. Várzea Grande (MT) teve o etanol mais barato do país esta semana, a R\$ 3,53.

O governo estima que o produto pode ter redução adicional de R\$ 0,19 por litro, em média, com a emenda constitucional que restabeleceu a vantagem tributária dos biocombustíveis sobre os combustíveis fósseis.

De acordo com a ANP, o GNV (gás natural veicular) foi vendido no país a R\$ 5,08 por metro cúbico, queda de 0,4% em relação à semana anterior. O produto também vem em curva de queda, com recuo acumulado de 3,6% em quatro semanas. O preço do gás de cozinha foi vendido a R\$ 111,80 por botijão de 13 quilos, 0,3% abaixo do registrado na semana anterior.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2022-edicao24360/>

Preços têm recorde de alta

Os preços das passagens aéreas decolaram no Brasil. Em maio, a tarifa média de voos domésticos chegou a R\$ 682,60, uma alta de 48,5% ante igual mês do ano passado (R\$ 459,79).

O preço mais recente também é o maior em termos reais -com o ajuste pela **inflação**- desde dezembro de 2012 (R\$ 686,76), de acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Na visão de analistas e representantes do setor de turismo, a **inflação** do segmento testa neste momento a capacidade de planejamento do brasileiro para as viagens.

Segundo eles, a organização e a procura por passagens com alguma antecedência ainda são as opções mais indicadas para tentar encontrar bilhetes que pesem menos no bolso. "A passagem mais cara, sem dúvida, impacta as viagens, apesar de o setor de turismo ter apresentado um crescimento muito rápido [após a derrubada de restrições na pandemia]", diz Roberto Nedelciu, presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa).

"Quando o cliente liga e vê os preços das passagens no curto prazo, para o mês seguinte, por exemplo, às vezes fica impossível. Há ocasiões em que ele muda o destino, escolhe um mais próximo. Mas temos insistido para que a viagem seja programada com antecedência", completa.

Segundo Nedelciu, os prazos de planejamento sugeridos são de no mínimo 40 a 60 dias para deslocamentos nacionais e de seis meses para idas ao exterior.

"O principal ponto para economizar é o tempo. Quanto maior a antecedência, mais oportunidades a pessoa tem para monitorar os preços das passagens e fazer a compra", afirma Adriano Severo, analista de investimentos e educador financeiro da Severo Capital.

Outra dica, diz, é comparar os valores em sites que negociam bilhetes e nos endereços das próprias companhias aéreas. "É comum encontrar preços diferentes", relata Severo.

Um dos fatores que levaram as tarifas para cima foi a carestia do querosene de aviação, o QAV, destacam analistas. Na reta final de dezembro, o preço do litro era de R\$ 3,71, conforme dados reunidos pela Anac. Em meados de junho, subiu para R\$ 5,63, uma alta de

51,8%. A taxa de câmbio acima de R\$ 5 contribui para o avanço do combustível.

"Existe uma pressão de custos sobre as companhias aéreas, sobretudo com a alta do querosene de aviação", aponta o economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). De acordo com ele, a retomada das atividades turísticas após o tombo na pandemia também ajuda a explicar a alta dos bilhetes nos últimos meses.

Em maio, o número de passageiros pagos em voos domésticos foi de 6,4 milhões, aumento de 75,7% ante igual mês de 2021 (3,6 milhões), sinalizam dados da Anac.

O patamar, contudo, ainda ficou 10% abaixo de maio de 2019 (7,1 milhões), antes da crise sanitária.

Também há sinais de aquecimento nos voos internacionais.

Em maio deste ano, o número de passageiros pagos foi de 1,2 milhão, aponta a Anac. A quantidade é 519,6% maior do que no quinto mês de 2021 (195,5 mil). Porém, ainda está 36,5% abaixo de maio de 2019 (1,9 milhão). (Leonardo Vieceli, da Folhapress)

Forte impacto na **inflação**

No Brasil, as passagens aéreas de voos domésticos acumularam **inflação** de 122,4% em 12 meses até junho, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta foi a maior entre os 377 subitens que compõem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Na fase inicial da pandemia, com a demanda no chão, as passagens chegaram a registrar queda de preços.

A deflação (baixa) até janeiro de 2021 foi de 28,86%, por exemplo.

Para Fabio Bentes, da CNC, passados os efeitos da reabertura da economia, os preços das passagens em nível elevado podem frear a retomada do turismo ao longo do segundo semestre. Os juros mais altos também jogam contra o setor, diz.

Em maio, o índice de atividades turísticas calculado

pelo IBGE voltou a subir e ficou apenas 0,1% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) no país. O indicador reflete o desempenho de 22 serviços associados ao turismo.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer) também sinaliza que a **inflação** das passagens está associada a questões como a pressão de custos, e que o querosene de aviação, historicamente, representa em torno de um terço dos custos das companhias aéreas. A entidade recomenda comprar bilhetes com antecedência de pelo menos dois meses.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-49d26be4d7b23b72bacd4db1cb00fa41.pdf

Crédito consignado deve ser estendido para o Auxílio Brasil

GABRIEL RODRIGUES

Os cerca de 18 mil beneficiários do Auxílio Brasil devem ter acesso, em breve, ao crédito consignado, modalidade de empréstimo cujo pagamento é descontado diretamente do benefício pelos bancos. A medida pode ajudar a aliviar dívidas, mas, por outro lado, se não houver planejamento financeiro, pode aprofundar ainda mais o endividamento das famílias brasileiras, em um país que soma cerca de 66,6 milhões de inadimplentes, segundo a Serasa - empresa que reúne informações e faz análises sobre as pessoas físicas e jurídicas para checar se estão ou não com dívidas financeiras.

A liberação do crédito consignado para beneficiários do programa foi aprovada pelo Congresso no início de julho e, agora, aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro até o início de agosto. Além de estender o empréstimo para quem recebe o Auxílio Brasil, a Medida Provisória (MP) 1.106/2022, que legaliza a operação, também aumenta a margem consignável de trabalhadores com carteira assinada, **servidores públicos** e aposentados.

Isso permite que uma parte maior da folha de pagamento seja comprometida pelo empréstimo. Para os beneficiários do Auxílio Brasil, o limite previsto é de 40%, ou até R\$ 240 mensais.

Quando for transformada em lei, a MP ainda precisará de regulamentação sobre o crédito consignado, que poderá estabelecer limite de juros cobrados pelos bancos. Hoje, em instituições financeiras privadas, os juros mensais dessa modalidade de crédito vão de 1,22% a 4,82%, segundo informações do Banco Central.

Só para se ter uma ideia, o rotativo do cartão de crédito pode ter taxa de juros de até 22,39% ao mês.

GARANTIA. O crédito consignado desconta o pagamento mensal do empréstimo diretamente na folha de pagamento do salário dos trabalhadores do regime CLT, os chamados celetistas, **servidores públicos** ou dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Como isso dá garantia de pagamento ao banco, a taxa de juros dessa modalidade é menor: segundo os dados mais recentes divulgados pelo Banco Central, ela girava em torno de

22,9% ao ano em fevereiro de 2022.

Já os juros cobrados pelas administradoras de cartão de crédito chegam a 73,2% e o rotativo, quando parte da fatura não é paga e passa para o mês seguinte, de 355,2%.

Alternativa melhor do que as altas taxas do cheque especial

O empréstimo é, em alguns casos, uma alternativa melhor do que cair no cheque especial. Deixar a conta correr negativa no banco, de acordo com a gerente da Serasa Amanda Rapouzo, não é recomendável devido às altas taxas de juros. Segundo Amanda, até o cartão de crédito, se for bem organizado, pode ser positivo.

Em relação ao crédito consignado, a gerente observa que essa modalidade de empréstimo só perde vantagem quando não é usada com consciência, porque o tomador ficará durante meses sem um bom percentual da sua renda. "Se não se planejar muito, alerta, num momento em que necessitar não terá esse dinheiro", orienta.

Amanda considera que a MP que concede o direito dos beneficiários do Auxílio Brasil a crédito consignado é positiva porque, de maneira geral, se a pessoa está precisando desse dinheiro, esse valor gera liquidez, que ajuda a pagar as contas e a girar a economia. "Mas pode causar problemas se o consumidor não tomar o crédito de maneira consciente ou para algo de que não precise efetivamente", alerta a gerente da Serasa.

Idec condena abertura da MP

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) publicou nota condenando a liberação do consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil.

Para a entidade, apenas os bancos serão beneficiados com essa medida provisória. A economista e coordenadora do Programa de Serviços Financeiros do Idec, Ione Amorim, alerta que a concessão do crédito consignado para população que depende da renda de programas sociais é, "antes de qualquer crise, um ato de covardia do governo para dar mais dinheiro ao setor bancário às custas do endividamento dos mais pobres", afirma.

O Idec calcula que os bancos poderão reter até R\$ 36 bilhões dos beneficiários se a MP for sancionada.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#jornais/1/edicoes/16>

816

Índice de inadimplência no país compromete renda das famílias

GABRIEL RODRIGUES

Por isso, MP estende o consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil

A renda do brasileiro cai, e a **inflação** sobe. Nesse desequilíbrio que tem se aprofundado mês a mês, quase oito em cada dez famílias brasileiras estão endividadas, sem condições de pagar suas despesas, segundo constatou a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Com dívidas acumuladas, até os cinco primeiros meses deste ano havia cerca de 66,6 milhões de inadimplentes no país, conforme dados do Mapa da Inadimplência da Serasa.

Nesse cenário, o Congresso aprovou a Medida Provisória (MP) 1.106/2022, que aguarda sanção presidencial e estende o crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil, além de aumentar a margem do empréstimo para trabalhadores e aposentados.

O consignado é procurado principalmente por ter uma taxa de juros mais baixa em relação às demais opções de crédito no Brasil, já que tem desconto diretamente na folha de pagamento e oferece muito mais segurança aos bancos.

Mas ele também tem riscos, pois pode comprometer quase metade da renda mensal, segundo os limites atuais, que devem aumentar no futuro próximo.

A gerente da Serasa Amanda Rapouzo disse que os empréstimos não são necessariamente um vilão da vida financeira.

Ela reforça que seria interessante todos terem uma reserva financeira com o valor aproximado de seis meses de rendimento, mas admite que o cenário atual dificilmente permite concretizar esse plano.

"Com o emprego e a **inflação** do jeito que estão, isso seria utópico. É muito complicado falar para as pessoas guardarem dinheiro hoje em dia, porque às vezes é uma questão de não poder e não de desconhecer que isso é necessário.

A pessoa deve guardar o máximo que conseguir, que sejam R\$ 10, R\$ 20. É importante ter esse pé de meia para utilizá-lo em momento de necessidade, em vez

de tomar empréstimo", orienta.

OPÇÃO. O consignado é uma opção em um leque de alternativas, desde o cartão de crédito até o empréstimo pessoal. Vantajoso pela taxa de juros menor, também tem riscos. Se o trabalhador que recorreu ao empréstimo se demitir antes de quitar a dívida, pode ter um desconto de até 30% na rescisão.

Além disso, como os prazos de pagamento são mais longos, a renda fica comprometida por bastante tempo.

Um passo básico para decidir qual empréstimo é o ideal para a situação é avaliar seu Custo Efetivo Total (CET), recomenda Danilo Pereira Brito, certificado pela Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar). O CET é a soma de todos os juros, taxas e outros encargos que estão atrelados a uma linha de crédito e revela o que está envolvido no empréstimo para além das parcelas anunciadas pela instituição financeira. "É importante ver se a opção escolhida está mais barata ou mais cara do que a concorrente".

Sanção

Norma. A Medida Provisória (MP) 1.106/2022 elevou a margem de crédito consignado. Pelos prazos legais, o presidente Jair Bolsonaro tem até o dia 3 de agosto para sancionar ou vetar a nova norma.

Superendividamento embutido

A Defensoria Pública da União (DPU) divulgou nota técnica alertando para riscos envolvidos na utilização do Auxílio Brasil em empréstimos consignados, com o comprometimento de até 40% do benefício, que subiu de R\$ 400 para R\$ 600 após a aprovação da PEC dos Benefícios pelo Congresso Nacional.

A DPU aponta "risco de superendividamento das famílias em pobreza e extrema pobreza, violando o mínimo existencial e perpetuando parcela da população no ciclo vicioso da pobreza, especialmente considerando a ausência de limites de juro e regulamentação dos empréstimos".

A nota foi elaborada pelo Comitê Temático Especializado Renda Básica Cidadã e o Grupo de Trabalho Garantia à Segurança Alimentar e Nutricional

da DPU. O documento acrescenta que o uso do Auxílio em empréstimos representa risco à segurança alimentar das famílias em pobreza e extrema pobreza, desvio de finalidade dos programas de transferência de renda e "ampla possibilidade de fraudes". E recomenda veto presidencial ao projeto aprovado pelo Congresso nesse sentido.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) classifica, em seu site, como "um ato de covardia" a concessão do crédito consignado para população que depende da renda de programas sociais do governo, "para dar mais dinheiro ao setor bancário".

Hoje, o empréstimo consignado é disponibilizado a partir de convênios entre uma instituição financeira e uma fonte pagadora a trabalhadores do regime CLT, aposentados e pensionistas e **servidores públicos**. Atualmente, a fatia da folha de pagamento que pode ser comprometida com as parcelas é de 35%.

Mudanças

Limite. A MP aumenta o limite da renda que pode ser comprometida mensalmente pelo consignado. Assim:

- Beneficiários do Auxílio Brasil poderão tomar crédito consignado e comprometer até 40% do benefício com o empréstimo;
- Empregados celetistas e **servidores públicos** podem comprometer até 40% da renda;
- Aposentados do **INSS** e quem recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou Renda Mensal Vitalícia (RMV) terão margem consignável de 45%.

Ofertas tentadoras têm risco de golpe

Uma taxa de juros mais baixa na hora de fazer empréstimo é a melhor alternativa para não ficar muito endividado, mas oferta vantajosa demais pode, na verdade, esconder um golpe. O Banco Central recomenda especial cuidado em situações que dispensem avalista ou não consultem cadastros no SPC ou Serasa.

Só até maio de 2022, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, registrou 32.221 reclamações relacionadas a crédito consignado no Brasil. Em 2021, foram mais de 110 mil. E como o limite de comprometimento da renda está prestes a aumentar, a tendência é um crescimento nas tentativas de golpe. A recomendação dos especialistas é cautela neste momento.

Se você nunca ouviu falar de uma instituição, desconfie, mesmo que tenha visto anúncios na internet

ou outros meios. Principalmente as que não possuem sede são suspeitas, conforme o BC, que tem a lista das instituições autorizadas em seu site.

A gerente da Serasa, Amanda Rapouzo, recomenda atenção com as ofertas anunciadas pela internet.

"Muitas pessoas caem em golpes por contato pelo WhatsApp ou por redes sociais. Nos sites, é necessário prestar atenção a URL, o endereço do site na barra superior da página.

É preciso checar se é o nome da empresa mesmo ou se tem algo de estranho nele", orienta.

A gerente reforça que é necessário considerar o custo final do empréstimo e não somente as parcelas: "Se tomei R\$ 3.000 e vou pagar em dois anos, tenho que ter consciência de quanto ele terá custado no final".

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16816>

Ranking indica melhores países para morar após a aposentadoria

o Países da América Latina como Colômbia, Equador e Uruguai estão entre os dez melhores destinos para viver após a aposentadoria, segundo o índice Global Anual de Aposentadoria de 2022, feito pela revista norte-americana Internacional Living.

O ranking é realizado há 30 anos com base em informações de centenas de colaboradores em todo o mundo, que vivem nos locais. A lista tem 25 nações. Entre os dez primeiros nomes estão seis países da América Latina.

Para fazer o ranking são levadas em conta informações como habitação, benefícios e descontos, vistos e residência, acolhimento e entretenimento, desenvolvimento, clima, assistência médica, governança, oportunidade e custo devida.

Na avaliação de Tonia Gal-leti, coordenadora do departamento jurídico do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados), dentre os principais pontos apontados como positivos pelos colaboradores do índice está a saúde, que passa a ser um motivo de atenção maior para os mais velhos, e é falha no Brasil. "Embora o Brasil tenha uma saúde universal e, portanto, de acesso a qualquer cidadão, ela é muito falha nas necessidades da população idosa. A nossa proporção de investimento na saúde em razão do número da população é infinitamente menor do que todos esses países e mais alguns que passam na nossa frente." Tailândia, Irlanda, Peru, Camboja, Malásia, Bali, Sri Lanka, Vietnã, Itália, Belize, Roatan, República Dominicana, Croácia, Bolívia e Nicarágua são os outros 15 países que compõem a lista.

* Panamá Localizado no Caribe, o Panamá tem clima agradável e está próximo de alguns dos principais destinos na América do Norte, como Miami, nos Estados Unidos, e Canadá, conforme aponta depoimento de colaboradores. Além disso, a facilidade em viajar pelo país, a hospitalidade dos panamenhos e a qualidade de vida, aliada à saúde, coloca-o no topo da lista mais de uma vez.

Costa Rica Clima tropical, moradores amigáveis, cuidados médicos acessíveis, boas opções imobiliárias e beleza natural fazem a Costa Rica ser o segundo melhor país do ranking.

Segundo os colaboradores, o local destaca-se também

pela estabilidade da democracia e pela qualidade de vida. O custo de vida para um casal é de 2.500 dólares, o que dá, hoje, mais de R\$ 13 mil, valor acima do teto do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), de R\$ 7.087,22 em 2022.

México Tem hoje um milhão de norte-americanos e quase um milhão de canadenses na faixa dos 50 e 60 anos. Os destaques do país são proximidade com América do Norte, clima, acesso à saúde, internet de alta qualidade, boas rodovias e bons serviços de água e luz.

Pode-se viver bem no país com cerca de 2.000 dólares por mês, o que dá aproximadamente R\$ 10.780 hoje.

Portugal Tem se tomado um dos melhores lugares para aposentados no mundo, figurando na lista há alguns anos. Na última década, o país tem atraído alto número de brasileiros, mas o custo de vida atual pode assustar.

Entre os destaques estão a hospitalidade e as boas cidades para se viver denorteasul do país. Além disso, há incentivos para estrangeiros, como aulas gratuitas de língua portuguesa nas escolas.

Colômbia É um dos destinos preferidos para a aposentadoria pelo clima agradável, mar do Caribe, proximidade com Estados Unidos e Canadá e baixo custo de vida.

A saúde é destaque. A OMS (Organização Mundial da Saúde) classifica o sistema colombiano como o número 22 de 191 países analisados, à frente do Canadá, que ocupa a 30a posição, e dos EUA, na 37a. O país tem a segunda maior bio-diversidade do mundo e aceita como moradores aposentados com renda a partir de 750 dólares, o que dá R\$ 4.042,50.

Equador Está entre os dez principais destinos há alguns anos. Dentre os motivos estão clima tropical, natureza exuberante, proximidade com os Andes e variedade nas opções de turismo. Um dos pontos mais altos é o custo de vida, entre 1.500 e 1.825 dólares por mês (algo entre R\$ 8.085 e R\$ 9-836,75).

França Compartilha fronteiras com 11 países e, por isso, é conhecida por sua diversidade. Quem mora no

local destaca cultura, belas paisagens naturais e boa gastronomia como pontos principais para aposentados. O acesso ao sistema de saúde também é destaque. Para quem sai dos Estados Unidos, há ainda a vantagem de que o custo de vida é 34% menor.

Malta É um país composto por cinco ilhas, três delas habitadas, nosuldaItália.emplenoMar Mediterrâneo. A população é de 500 mil habitantes e 15% deles são estrangeiros.

O local existe há mais de 5 milhões de anos e tem peculiaridades da Europa ocidental com toques da Arábia. Os altos custos de comida e habitação são compensadospe-lo baixo valor do transporte.

Espanha Tem mais de 300 dias de sol e um extenso litoral. O país ofe -rece excelente assistência médica, boa infraestrutura e alto nível de segurança pessoal, segundo relatos dos colaboradores do ranking. Outro destaque é o acesso à dieta mediterrânea , com frutas e vegetais abundantes, além de peixes na alimentação.

Uruguai As quatro estações do ano são bem definidas. Quem mora no local considera-o um dos mais democráticos da América Latina. Todos os trabalhadores têm direito a carteira assinada, férias remuneradas e assistência médica.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49983&anchor=6460035&pd=ca9f946425989f14dd3b19514f47c707>